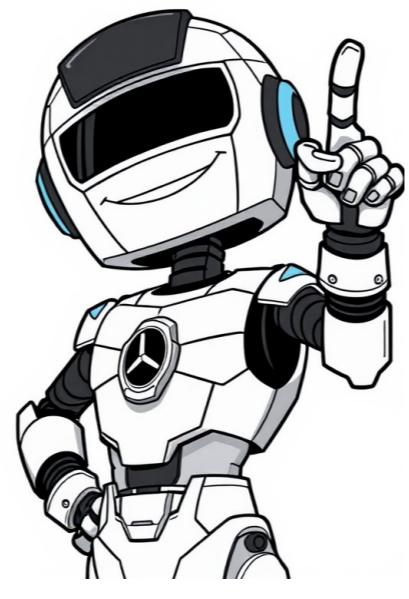


Continue



























Select Store Main Website Store Imagem não disponível paraCor: Para ver este vídeo faça o download Flash Player Excerto. O livro tem por objetivo apresentar ao leitor um Curso completo, atual e didático de Direito Administrativo, com a demonstração das bases teóricas, doutrinárias e jurisprudenciais necessárias à compreensão crítica deste ramo do Direito. O texto possui linguagem clara e objetiva, bem como indica as respectivas opiniões doutrinárias e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, sempre acompanhados da opinião fundamentada do autor, o que viabiliza a compreensão do leitor sobre os principais argumentos suscitados em importantes debates doutrinários e jurisprudenciais, formando o seu próprio juízo de valor. Com o intuito de diferenciar o presente CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO dos outros cursos e manuais similares existentes no mercado, o autor utilizou linguagem acessível, quadros didáticos e metodologia própria, apresentando as controvérsias com a indicação dos entendimentos e dos respectivos doutrinadores. Além das opiniões dos autores relevantes do Direito Administrativo, o livro apresenta a jurisprudência atualizada do STF e do STJ, com menção aos respectivos Informativos. Nos capítulos relacionados aos temas licitações e contratos, são apontadas as principais decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União, órgão de controle que tem papel fundamental na interpretação e na aplicação da legislação sobre o tema. Outra peculiaridade do livro é o estudo aprofundado da intervenção do Estado na ordem econômica, tema normalmente aprofundado apenas em trabalhos monográficos. O leitor contará com análise de questões atuais e relevantes sobre planejamento, disciplina, regulação (Estado Regulador), fomento, repressão ao abuso do poder econômico (Direito da Concorrência ou Antitruste) e exploração direta, concorrencial e monopolista, da atividade econômica (Estado Empresário). A obra é resultado da experiência do autor como professor nos cursos de graduação, pós-graduação e cursos preparatórios para concursos públicos durante mais de dez anos, bem como da sua atuação profissional como Procurador do Município do Rio de Janeiro, advogado liberal e consultor jurídico, o que permite estabelecer o diálogo entre a teoria e a prática do Direito Administrativo. A combinação da experiência prática com a base teórica permitiu a elaboração de uma obra que servirá como ferramenta de consulta para os operadores do Direito e os estudantes em geral. O público-alvo da obra são os estudantes, especialmente aqueles que buscam aprovação em concursos públicos, advogados, juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, procuradores e todos os estudiosos do Direito Administrativo. [...] Por fim, desejo sucesso aos alunos e aos leitores, com a esperança de que a obra sirva de importante instrumento para o estudo e atuação profissional. Boa leitura! Por: Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Pós-doutor, Mestre e Especialista em Direito; Professor de Direito Administrativo; Procurador do Município do Rio de Janeiro. Com maestria, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo tratam de temas complexos do Direito Administrativo com clareza, objetividade e habilidade didática. Nesta 32a edição, os Capítulos 9 ("Licitações Públicas") e 10 ("Contratos Administrativos") foram integralmente reformulados, a fim de conferir maior relevância às normas da Lei 14.133/2021 do que as da Lei 8.666/1993, haja vista que, em princípio, essa última deixará de vigor a partir de abril de 2023. Além disso, citamos, exemplificativamente, os seguintes atos normativos contemplados nesta edição: Lei 14.421/2022, que promoveu alteração pontual no Decreto-Lei 3.365/1941 ("desapropriação por utilidade pública"); Medida Provisória 1.154/2023, que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios"; Decreto 11.069/2022, que regulamentou a "Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso"; Decreto 11.129/2022, que "Regulamenta a Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira"; Decreto 11.148/2022, que "Altera o Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto"; Decreto 11.215/2022, que "Altera o Decreto n.º 9.190, de 1.º de novembro de 2017, que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998"; Decreto 11.246/2022, que "Regulamenta o disposto no § 3.º do art. 8.º da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021". Por fim, o livro inclui um ambiente digital unificado com questões interativas tanto do livro Direito Administrativo Descomplicado quanto do Direito Constitucional Descomplicado, proporcionando conexão entre as duas principais disciplinas do Direito.